



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PSICOMOTRICIDADE:
Educação Infantil e Alfabetização**

SÔNIA APARECIDA DE FARIA RESENDE

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PSICOMOTRICIDADE:
Educação Infantil e Alfabetização**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sônia Aparecida de Faria Resende

PSICOMOTRICIDADE: Educação Infantil e Alfabetização

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em 21 de março de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Marco Aurélio Rodrigues - Avaliador

Prof. Lidiane Xavier de Faria - Orientadora

Sônia Aparecida de Faria Resende - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às minhas colegas de profissão que arduamente batalham por uma educação de qualidade e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do mesmo, professores, colegas da turma 08 e principalmente à minha família que com amor e paciência ajudou-me a superar os obstáculos surgidos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha professora Ângela que durante todo o curso compartilhou comigo angústias, tristezas, preocupações e aos poucos foi incentivando-me para que não desistisse e Lidiane que chegou suavemente e com simpatia ensinou-me que a perseverança é tudo e está construindo comigo a parte final deste curso, à minha família com quem partilho tudo de bom ou não tão bom assim e a Deus que me deu o dom da vida, abençoou-me com a inteligência e deu-me a graça de poder lutar para conquistar novas realizações.

EPÍGRAFE

“A educação exige os maiores cuidados, porque
influi sobre toda a vida”.

John Dewey

RESUMO

O presente trabalho discute a importância dada ao tema movimento e Psicomotricidade, no Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Sabendo que o corpo é um dos meios de comunicação do indivíduo com o mundo e que a função motora não está isolada, mas faz parte de um conjunto que reúne também aspectos afetivos e intelectuais. A psicomotricidade surge, então, como uma ciência voltada para estimular e reeducar as estruturas que regulam gestos e movimentos, numa proposta de ações integradas que levam em conta uma abordagem global da criança e seu desenvolvimento neuro-psicomotor. Os estudos sobre Psicomotricidade estão ajudando a Pedagogia a renovar-se e a definir princípios para o ensino. Nesse sentido, buscou-se analisar a influência que a Psicomotricidade exerce em relação ao aprendizado da criança em sala de aula. Para tanto tentou-se verificar as possíveis relações entre a Psicomotricidade e a aprendizagem do educando e conhecer os mecanismos que auxiliem a criança no seu desenvolvimento global contemplando aspectos afetivo, motor e cognitivo. Usar a educação psicomotora como estratégia de intervenção pedagógica é de fundamental importância, pois ao mesmo tempo em que procura educar o movimento desenvolve as funções da inteligência. Cabe ao professor conhecer as etapas do desenvolvimento psicomotor da criança, características das faixas etárias, necessidades e interesses, podendo assim planejar melhor suas ações, mantendo-se preocupado com o desenvolvimento integral da criança e com a educação como um todo.

Palavra-chave: Movimento, corpo, escola, psicomotricidade, educação infantil.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	08
1.1-Tema.....	09
1.2- OBJETIVOS.....	10
1.2.1- Objetivo geral.....	10
1.2.2- Objetivos específicos.....	10
1.2.3- Justificativa.....	10
1.3- Revisão da Literatura.....	11
1.4- Percurso teórico metodológico.....	11
2- SEÇÃO I – Educação Infantil e Psicomotricidade.....	11
3-SEÇÃO II – Educação psicomotora com estratégia de intervenção pedagógica.....	13
4-SEÇÃO III – A Psicomotricidade na prevenção das dificuldades de aprendizagem.....	15
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6- REFERÊNCIAS.....	24
7- ANEXOS.....	25

1 – INTRODUÇÃO

O presente trabalho investiga a importância dada ao tema Movimento e Psicomotricidade na educação infantil, tendo como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Onde são organizados os conteúdos, girando em torno de temas integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente, de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas e dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

Por isso é necessário ter como base a educação psicomotora e considerando-a indispensável ao aprendizado desde a mais tenra infância, é necessário conhecê-la e fazer com que se torne uma aliada no processo educacional.

Na primeira seção – Educação Infantil e Psicomotricidade apresenta-se os elementos básicos que contribuem para a aquisição de conceitos que constituem a estrutura da educação psicomotora e seu objetivo principal que é desenvolver o aspecto comunicativo do corpo, o que equivale a dar ao indivíduo a possibilidade de dominar seu corpo aperfeiçoando o seu equilíbrio.

Na segunda seção – Educação Infantil e Psicomotricidade investiga-se as concepções que estigmatizaram a prática educativa, as pesquisas realizadas sobre o tema, destaca ainda que o trabalho corporal não tem sido enfatizado nas escolas.

Na terceira seção – A Psicomotricidade na prevenção das dificuldades de aprendizagem tratou-se sobre as dificuldades em relação ao esquema corporal, à lateralidade, à aspectos perceptivos, entre outros, ressaltando que o trabalho com a psicomotricidade deve ser de caráter preventivo e citou exemplos de atividades diferenciadas para o professor trabalhar.

Nas considerações finais, são entrelaçados os capítulos da pesquisa e os resultados encontrados.

1.1 - Tema

A Educação Psicomotora tem como objetivo ampliar as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais, desenvolvendo assim, também o movimento humano, pois ele é mais do que simples deslocamento do corpo no espaço: constitui-se em uma linguagem que permite às crianças sobre o meio físico e atuarem sobre o ambiente humano, mobilizando as pessoas por meio de seu teor expressivo assim como levar as crianças a expressarem sentimentos, emoções e pensamentos.

Atribui-se à educação psicomotora uma formação de base, indispensável a toda criança (normal ou com problemas), que responde a uma dupla finalidade: assegurar o desenvolvimento funcional, tendo em conta as possibilidades da criança, e ajudar sua afetividade a se expandir e equilibrar-se através do intercâmbio com o ambiente humano.

Desta forma, podemos definir psicomotricidade como a educação dos movimentos com atuação sobre o intelecto, numa relação entre pensamento e ação, englobando funções neurofisiológicas e psíquicas.

A psicomotricidade integra várias técnicas com as quais se pode trabalhar o corpo (todas as suas partes), relacionando-o com afetividade, o pensamento e o nível de inteligência. Ela enfoca a unidade da educação dos movimentos, ao mesmo tempo em que põe em jogo as funções intelectuais. As primeiras evidências de um desenvolvimento mental normal são manifestações puramente motoras.

É muito importante observar que no CEMEI Santo Antônio ainda falta aperfeiçoamento nesse trabalho e por isso a relevância do tema Psicomotricidade se dá pela importância de o professor conhecer as etapas de desenvolvimento psicomotor da criança, características das faixas etárias, necessidades e interesses para melhor planejar suas ações.

O presente trabalho pretende servir de subsídio para os professores e profissionais da educação que se preocupam com o desenvolvimento integral do aluno e com a educação como um todo. Para construí-lo foram escolhidas várias obras, dentre elas destaque: Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil, A apropriação da linguagem escrita e o trabalho alfabetizador na escola, Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura de J. Huizinga, Letramento e alfabetização: as muitas facetas, A importância da psicomotricidade na educação infantil de Sandra Vaz de Lima, Linguagem e pensamento de Vygotsky.

1.2 - OBJETIVOS

1.2.1 – Objetivo geral: analisar a influência que a psicomotricidade exerce em relação ao aprendizado da criança em sala de aula.

1.2.2 – Objetivos específicos:

- Verificar as possíveis relações entre a psicomotricidade e a aprendizagem do educando.
- Conhecer os mecanismos que auxiliem a criança no seu desenvolvimento global contemplando aspectos afetivo, motor e cognitivo.
- Usar a educação psicomotora como estratégia de intervenção pedagógica

1.2.3 – JUSTIFICATIVA

A relevância da escolha do tema Psicomotricidade dar-se-á por sua importância como instrumento nas mãos do professor, considerando que o trabalho da educação psicomotora com as crianças deve prever a formação de base indispensável em seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico, dando oportunidade para que, por meio de jogos, de atividades lúdicas, se conscientize sobre seu corpo. Através da recreação a criança desenvolve suas aptidões perceptivas como meio de ajustamento do comportamento psicomotor. Para que a criança desenvolva o controle mental de sua expressão motora, a recreação deve realizar atividades considerando seus níveis de maturação biológica.

Na construção do PPP verificou-se que o trabalho com Psicomotricidade ocorre o tempo todo, desta forma, é necessário discutir e analisar as práticas dos professores, utilizar a brincadeira que é a melhor maneira de se comunicar, um meio para perguntar e explicar, um instrumento que ela tem para se relacionar com outras crianças. Brincando as crianças aprendem muito sobre si mesmas e o mundo que as cerca e tem a oportunidade de procurar a melhor forma de se integrar a esse mundo que encontram ao nascer.

1.4 – REVISÃO DA LITERATURA

Foi realizada uma busca aberta no site Google, usando como termos de busca: “psicomotricidade”.

Foram selecionadas algumas obras que tratam sobre a psicomotricidade no âmbito escolar, discutindo objetivos e metodologias que devem ser usadas neste trabalho. Ao todo foram estudadas e discutidas neste trabalho 13 diferentes obras, que fundamentaram as teorias aqui apresentadas.

Foram escolhidos obras e artigos que permitem elucidar as verdadeiras razões pelas quais a psicomotricidade deve se amplamente trabalhada na educação infantil.

1.5 – PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Realizou-se uma revisão na literatura especializada através de obras de autores renomados e artigos científicos disponíveis em sites acadêmicos para discutir do ponto de vista científico as práticas de trabalhos psicomotores realizados pelos professores em sala de aula. Adotaram-se os seguintes procedimentos metodológicos: (I) seleção de obras e artigos científicos que constituem o referencial teórico deste trabalho. (II) Estudo do PPP do Centro de Educação Infantil Santo Antônio. (III) Observação das práticas dos professores do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Análise e reflexão do que foi observado, à luz dos referenciais teóricos estudados.

2- SEÇÃO I - Educação Infantil e Psicomotricidade

A psicomotricidade, nascida na Europa, a partir de observações do médico Ernest Dupré, vem recebendo influencia de outras ciências, como a psiquiatria, a psicanálise, a pedagogia e a psiconeurofisiologia.

Os elementos básicos que contribuem para a aquisição de conceitos constituem a estrutura da educação psicomotora. Considerando que o bebê já apresenta movimentação dentro do útero materno, não se pode ignorar a importância do conhecimento do próprio corpo e a formatação da imagem corporal.

De acordo com Meuer e Staes (1984) o bebê ao nascer, perceberá aos poucos, que há uma diferença entre o seu corpo e o corpo da mãe. Nesta fase o toque, aconchego, o cheiro, enfim, o primeiro contato da criança com o mundo está voltado para a figura materna. A mãe é indispensável para a formação das primeiras percepções que a criança adquire sobre si mesma e o meio que a cerca.

O sistema sensorial ainda é pouco desenvolvido, as primeiras relações são orais, táteis, visuais, auditivas e sinestésicas, que oferecem diferentes pistas e estímulos para a aprendizagem do seu corpo e movimento, bem como a aquisição da linguagem. Estes momentos de interação entre a mãe, a criança e o meio, possibilitam um intercâmbio de ações que favorece a organização estrutural do indivíduo e contribui com o processo de maturação neurológica. O sistema de comunicação estabelecido durante os primeiros meses entre a família e a criança, formará a linguagem do corpo. A partir da formatação da imagem corporal, o bebê começa a se separar do processo simbiótico com a mãe e passa a experimentar a sentir seu corpo como uma identidade unitária e total. (MEUER; STAES, 1984).

Le Boulch (1987) afirma que é muito importante que a criança, em contato com o mundo, possa sentir e vivenciar inúmeras experiências explorando com segurança o meio em que vive. Isto favorecerá suas descobertas e estimulará a agir e transformar o mundo à sua volta. Alterações nas relações com a figura materna ou paterna podem causar reações de insegurança, trazendo conseqüências como a modificação tônica postural, dificuldade na aprendizagem motora, tanto da escrita como da fala e prejuízo do desenvolvimento cognitivo.

Já Polity (2001), nos alerta para o momento em que a criança adquire uma percepção global do corpo, pois ela iniciará uma nova etapa: a tomada de consciência de cada segmento corporal. A formação da imagem corporal será um ponto de referência para as futuras aquisições. Através do eu corporal a criança conhecerá o não eu e poderá estabelecer as noções de tempo, espaço, forma, volume, peso e demais informações a cerca das pessoas e objetos. Uma imagem corporal bem estabelecida constitui fator de equilíbrio pessoal. Para consegui-la a criança precisará adquirir conceitos, tais como: - consciência global do corpo, identificar, localizar e atribuir funções às partes do corpo, - realizar inibição voluntária - análise do ato respiratório, - percepção da simetria corporal, assumir diferentes posições com o corpo = em posição estática e dinâmica, - contrair e relaxar os músculos.

O conhecimento do esquema corporal fundamenta a estruturação espaço – temporal, razão pela qual, todas as intervenções partem das experiências com o próprio corpo. Deste modo, é importante verificar a possibilidade de desenvolver a independência dos vários segmentos corporais. A independência segmentar mais significativa é o que se estabelece entre os membros superiores e inferiores e leva a dissociação dos movimentos. Este aspecto favorece a coordenação motora global.(POLITY, 2001).

A psicomotricidade tem como objetivo desenvolver o aspecto comunicativo do corpo, o que equivale a dar ao indivíduo a possibilidade de dominar seu corpo aperfeiçoando o seu equilíbrio.

3- SEÇÃO II - Educação psicomotora como estratégia de intervenção pedagógica

Fonseca (1995) nos alerta para o fato de que vários aspectos inerentes à infância foram por longo tempo desconsiderados pelas instituições infantis, prevalecendo um conjunto de concepções que estigmatizaram a prática educativa considerando-a como uma etapa anterior à fase adulta, buscando desenvolver atividades que pudessem preparar as crianças para o futuro não levando em conta suas necessidades e potencialidades atuais. A própria sociedade, durante séculos, considerou as crianças como adultos em miniatura.

Ainda com base em Fonseca (1995), somente no século XVI é que surgiram os primeiros livros de aconselhamento aos pais e depois do século XVII é que o “sentimento de infância” de alguma maneira se instaurou. Os pais começaram a perceber a simplicidade, a docilidade e a alegria das crianças e passaram inclusive a vesti-las diferentemente dos adultos.

Enfim, no século XIX, cientistas vislumbraram a possibilidade de estudar a criança buscando compreender seu desenvolvimento e interesses. (FONSECA, 1995).

Fonseca (1995) também afirma que várias pesquisas sobre o tema têm destacado que ao caráter cognitivo do desenvolvimento infantil devem se agregar os aspectos afetivo, motor e social, compreendendo a criança como um ser completo, isto é, um sujeito que desde os primórdios de sua vida tem necessidades, desejos, capacidades próprias que convém ser respeitadas e sobretudo desenvolvidas.

Para que a criança alcance este desenvolvimento faz-se necessária a presença “do outro”, na mediação deste processo. Esta concepção muito bem apontada por Vygotsky (1987) assinala que a criança constrói seu conhecimento e desenvolve habilidades desde o seu nascimento retroalimentando seu mundo interno com o que recebe do mundo externo, numa interação com o adulto a princípio e posteriormente com “o outro” relação em diferentes esferas e níveis de atividade humana, no processo de construção de sua personalidade.

De acordo com Soares (2003) o trabalho corporal, no entanto, não têm sido muito enfatizado dentro de nossas escolas, sendo um recurso escassamente utilizado e, quando lançado mão, quase sempre acontece de maneira desvinculada dos conteúdos e objetivos pedagógicos, dentro de uma concepção instrumentalista e racional do corpo. O corpo no entanto, não pode ser considerado simplesmente como um instrumento sendo também fonte de conhecimento, de comunicação, de afeto e de relação.

Ainda refletindo sobre as contribuições de Soares (2003) e sobre a nossa prática na Escola Infantil Santo Antônio, não podemos ignorar o aspecto psicomotor da criança, pois é através de manifestações corporais que ela expressa seus problemas, seus sentimentos, se comunica, se relaciona, estabelece vínculos e aprende. Portanto em nossa prática educativa devemos levar em consideração este sujeito como uno, indivisível, diferente da concepção dualista do sujeito, fragmentada em corpo e mente. Não podemos pensar a educação como simples transmissora de conhecimento nem tampouco numa prática psicomotora compensatória preenchendo falhas e lacunas, treinando capacidades e habilidades.

Portanto, como nos elucida Cunha (1994), a escola de educação infantil deve se revelar como espaço de desenvolvimento e aprendizagem e, para se trabalhar o ser em sua globalidade, o recurso fundamental e indispensável não poderá ser outro senão o jogo, pois é brincando que a criança tem a oportunidade de interagir com as pessoas e objetos, explorar seus limites e adquirir repertórios comportamentais/afetivos.

A psicomotricidade se fundamenta na globalidade do ser humano, principalmente na fase da infância que tem seu núcleo de desenvolvimento no corpo e no conhecimento que se produz a partir dele. Ao trabalharmos com o jogo psicomotor estaremos possibilitando à criança brincar, a mergulhar na vida, podendo ajustar-se às expectativas sociais e familiares (CUNHA, 1994).

Na programação educativa há que se conciliar espaço e tempo para a música, teatro, brincadeiras, exploração do corpo, vivências socioculturais, arte, literatura, dentre outras. Pode-se utilizar a psicomotricidade como instrumento educativo, pois ela permite conduzir a criança rumo a sua autonomia e formação de sua personalidade, bem como potencializar o desenvolvimento cognitivo e ajudar na sua socialização e adaptação não só na escola, mas em sua vida. (CUNHA, 1994).

Sob o prisma desses conhecimentos convém repensar a prática psicomotora na Educação Infantil. Sabemos que o ensino se dirige à dimensão intelectual e isso constitui uma parte da educação, mas não é toda a educação. E percebe-se que para que esta torne-se completa há que se inserir as dimensões afetivas, emocional, relacional, cujas raízes se situam no universo fantasmático da criança.

4- SEÇÃO III - A psicomotricidade na prevenção das dificuldades de aprendizagem

Algumas dificuldades de aprendizagem estão associadas a elementos da psicomotricidade.

Dificuldades em relação ao esquema corporal, à lateralidade, à aspectos perceptivos e outros, estão por vezes relacionados à aspectos como inversão ou troca de letras, textos mal escritos ou sem uma linha de raciocínio expressa com lógica, dificuldades em relação à escrita, à leitura, à fala, à solução de problemas e à resolução de cálculos matemáticos. (POLITY, 2001).

A fase pré-escolar e de alfabetização são importantes no desenvolvimento da criança de uma forma geral e primordial no processo de aprendizagem das mesmas.

Outra questão importante é se os profissionais que atuam nesses segmentos (especializados ou não) têm conhecimento da relação entre a psicomotricidade e o processo de aprendizagem do aluno, no sentido de minimizar ou reduzir as possíveis dificuldades de aprendizagem.

Percebe-se, pelas experiências do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio e pelos estudos realizados até o momento, que os conteúdos a serem trabalhados com os alunos, se explorados através de jogos e brincadeiras que propiciem a experiência através da manifestação corporal, terão muito mais significado e serão muito mais apreendidos, contribuindo dessa forma para a sua formação integral.

Muitas das dificuldades escolares não se apresentam em função do nível da turma a que as crianças chegaram, mas segundo Le Boulch (1983), e Meur & Staes (1984) em relação à elementos básicos ou “pré-requisitos”, condições mínimas necessárias para uma boa aprendizagem, que constituem a estrutura da educação psicomotora.

Nesse sentido, é de suma importância a atividade lúdica, realizada através de atividades psicomotoras, no sentido de colaborar para o desenvolvimento integral da criança, e para que ela possa sedimentar bem esses “pré-requisitos”, fundamentais também para a sua vida escolar.

Segundo Freire (1989, p.76) “[...] causa mais preocupação, na escola da primeira infância, ver crianças que não sabem saltar que crianças com dificuldades para ler ou escrever”. Descobrir as habilidades de saltar, correr, lançar, trepar, etc. ... é importante para o desenvolvimento pleno do aluno, como um organismo integrado, levando-se em conta que tais habilidades são consideradas como formas de expressão de um ser humano.

A escola não deve se preocupar em ensinar essas habilidades apenas para que o aluno saiba executá-las bem ou para facilitar a execução das tarefas escolares, mas sim direcionar a aprendizagem para a formação integral do aluno.

Considerar o gesto ou a linguagem corporal como forma de expressão do ser humano é um caminho para reconhecer a importância de atividade corporal no processo ensino-aprendizagem. Antes dos homens se comunicarem através de símbolos, a expressão corporal se constitui na primeira forma de linguagem.

Para Fonseca (1995, p. 142) a primeira necessidade seria, portanto:

[...] alfabetizar a linguagem do corpo e só caminhar para as aprendizagens triviais que mais não são que investimentos perceptivos – motores ligados por coordenadas espaço – temporais e correlacionados por melodias rítmicas de integração e resposta.

É através do movimento (ação) que a criança integra os dados sensitivo – sensoriais que lhe permite adquirir a noção do seu corpo e a determinação de sua lateralidade...”

Fonseca (1995) ressalta o caráter preventivo da psicomotricidade, afirmando ser a exploração do corpo, em termos de seus potenciais uma “propedêutica das aprendizagens escolares”. Para ele as atividades desenvolvidas na escola como a leitura, o ditado, a redação, a cópia, o cálculo, o grafismo, a música e enfim, o

movimento, estão ligadas à evolução das possibilidades motoras e as dificuldades escolares estão portanto, diretamente relacionadas aos aspectos psicomotores.

Ao colocar o corpo e os gestos no centro do desenvolvimento infantil, os estudos sobre psicomotricidade estão ajudando a pedagogia e renovar-se e a definir novos princípios para o ensino. Suas primeiras linhas começaram a ser traçadas pelo psicológico e filósofo francês Henry Wallon (1879 – 1962) em meados dos anos 1920, quando ele introduziu a ideia de que o movimento do corpo tem caráter pedagógico, tanto pelo gesto em si quanto pelo que a ação representa. Na década de 1950, a psicomotricidade ganhou um campo definido de pesquisa. O psiquiatra Julián de Ajuriaguerra, considerado o pai dessa nova área do conhecimento, definiu-a como sendo a ciência da saúde e da educação, visando a representação e a expressão motora.

O corpo e os gestos são fundamentais para a formação geral do ser humano. Desde que nasce a criança usa a linguagem corporal para conhecer a si mesma, para relacionar-se com seus pais, para movimentar-se e descobrir o mundo. Essas descobertas feitas com o corpo deixam marcas, são aprendizados efetivos, incorporados.

Durante a Educação Infantil, a necessidade de movimentar-se é mais respeitada pela escola: o corpo é usado em brincadeiras, em atividades de arte, de música etc. A criança pode correr, pular, espreguiçar-se sem censura alguma.

O problema é na passagem para o ensino fundamental, 1º ano. Pois, geralmente, os professores exigem uma postura totalmente diferente da que era permitida até então. Com 5-6 anos, os alunos são colocados em carteiras, precisam ficar quietos, supostamente prestando atenção no mestre – forma pela qual estaria incorporando os conteúdos. E chega-se ao absurdo de, muitas vezes, pedir que a criança desenhe a si mesma dançando ou subindo em árvores.

A obrigação de deixar o corpo estático, sem movimento, pode ser uma das causas de hiperatividade – um dos distúrbios de aprendizagem mais comuns hoje em dia-, de manias e de comportamentos repetitivos sem significado. Pode ser também um dos componentes de quadros de anorexia, de bulimia e depressão infantil. Isso sem falar das dores corporais que a falta de atividade às vezes traz.

É muito mais fácil para os pequenos aprender, por exemplo, as letras A, B e C brincando com o corpo, representando-as deitados no chão em grupos de dois ou três, do que sentados em frente ao quadro-negro.

Como não existe apenas uma forma de aprender, é obrigação dos educadores oferecer várias opções para a criança adquirir conhecimento. Por isso, eles devem abrir-se para o uso do movimento corporal como um recurso – de ensino e de aprendizagem. O melhor seria que o docente de Matemática, por exemplo, pudesse trocar experiências com o colega de Educação Física: tanto o primeiro aprenderia sobre o corpo quanto o outro sobre números e raciocínio matemáticos. Ambos teriam ideias fantásticas e desenvolveriam exercícios e materiais reunindo as duas áreas do conhecimento.

Portadores de deficiência constroem a imagem do próprio corpo como qualquer outra pessoa. Eles têm dificuldades em usar o corpo, mas, se tiverem consciência disso, conseguem superá-las e aprender com as restrições. O que não pode é fingir que o problema não existe. O ideal seria conversar sobre as limitações e que juntos, alunos professor, criassem atividades inclusivas.

A experiência da infância mudou. Hoje existem novos brinquedos, que estão à disposição 24 horas. Calcula-se que as crianças fiquem entre cinco e oito horas por dia na frente da televisão ou na Internet, em chats ou em jogos eletrônicos. E se frequentarem uma escola que as obriguem a ficar sentadas em carteiras mais quatro ou cinco horas? O problema é que a televisão e o computador não propiciam a interação física nem com pessoas nem com objetos. Uma coisa é reconhecer um cachorro, pesquisar sobre sua espécie etc. Outra é brincar com o animal. No primeiro caso pode até existir um certo conhecimento, mas não há experiência corporal. O contato direto com os objetos e a interação com o outro promovem brincadeiras que geram curiosidade, inquietação, necessidade de movimentar-se e, no final, um aprendizado mais afetivo.

Basta colocar a busca pelo saber acompanhada de movimento. É importante também que o docente recupere a sua história, os seus desejos infantis. Ele pode perguntar-se, por exemplo, qual o motivo que a levou a querer dedicar sua vida ao trabalho com crianças. Com certeza algo de sua infância foi marcada para ele optar por ensinar os pequenos. Assim, resgata alguns de seus desejos infantis, e isso vai ajudá-lo a compreender muito melhor as necessidades da turma.

Segundo Le Boulch (1982), propiciar a brincadeira às crianças é uma função essencial do educador. Sendo assim, o educador deve promover atividades lúdicas, como jogos e brincadeiras, em sala de aula com o objetivo de desenvolver a coordenação motora e o raciocínio lógico da criança.

É fundamental o papel que os jogos, as brincadeiras e os brinquedos exercem no desenvolvimento da criança. Na Antiguidade, as crianças participavam das mesmas brincadeiras dos adultos. Toda a comunidade participava das festas e das brincadeiras, com a finalidade de estreitar os laços afetivos. Essas brincadeiras, jogos e divertimentos eram vistos sob dois aspectos: parte da sociedade aceitava este tipo de atitude, percebendo-as como meio de crescimento social, os outros recriminavam pois associavam aos prazeres carnais, ao vício e ao azar. Foi com o rompimento do pensamento romântico que a brincadeira deixou de ser vista apenas como um ato lúdico e passou a ser valorizada no espaço educativo. (WAJSKOP, 1995).

Segundo Vygotsky (1987), a brincadeira é uma atividade específica da infância, onde a criança recria a realidade utilizando sistemas simbólicos. Essa é uma atividade social, com contexto cultural e social.

Através da brincadeira, a criança pode experimentar novas situações e lhe é garantida a possibilidade de uma educação criadora, voluntária e consciente. Wajskop (1999, p. 32) afirma que "do ponto de vista do desenvolvimento da criança, a brincadeira traz vantagens sociais, cognitivas e afetivas."

O brinquedo proporciona mudanças no que se refere às necessidades e à consciência da criança. A criança, com o brinquedo, pode colocar hipóteses, desafios, além de construir relações, com regras e limites impostos pelos adultos. A brincadeira faz com que a criança construa a sua realidade, e perceba a possibilidade de mudança da sociedade, na qual ela faz parte. Existe uma compreensão do mundo e das atitudes humanas (WAJSKOP, 1999).

Para Vygotsky, citado por Wajskop (1999, p. 35):

[...] a brincadeira cria para as crianças uma "zona de desenvolvimento proximal" que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz.

No processo da educação infantil, o papel do professor é primordial, pois é aquele que cria espaços, oferece os materiais e participa das brincadeiras, ou seja, medeia a construção do conhecimento. O professor é mediador, fazendo parte da brincadeira, ele terá oportunidade de transmitir valores e a cultura da sociedade. O

professor estará possibilitando a aprendizagem da maneira mais criativa e social possível.

Mas, apesar de o jogo ser uma atividade espontânea das crianças, isso não significa que o professor/educador não necessite ter uma atitude ativa sobre ela. É preciso ter uma atitude de observação e de intervenção. A atitude docente não é apenas por deixar as crianças brincarem, mas, ajudar as crianças nesse ato e compartilhar com elas e ensiná-las a brincar. (WAISKOP, 1999).

Para Lins (1999) é muito importante a recreação na vida da criança para o seu desenvolvimento motor, afetivo e social. Os jogos e brincadeiras se tornam um facilitador para que tudo aconteça de forma natural e de forma prazerosa. É necessário ter um objetivo a ser trabalhado e observar o que encaixa a cada idade, para que, assim, elas se desenvolvam e mostrem seu potencial. Com jogos e ferramentas tão úteis e significativas que trazem sorrisos e mudam a vida das crianças. O brincar de forma construtiva abre as portas para a educação, e depende do educador deixá-la aberta.

O professor, portanto, deve ser aquele que coordena sua ação bem como a ação da criança, pelo conhecimento e pela ligação com as emoções desta.

De acordo com Santos (1997), quando se analisa a trajetória do brincar dentro do contexto histórico, verifica-se a introdução da brincadeira através de Froebel educador alemão (1782-1852) como primeiro recurso para a aprendizagem. Comenius (1592-1670) - fundador da didática moderna da pedagogia diz que a criança aprende muito cedo e o aprendizado é como uma semente que precisa ser plantada e cultivada para depois vermos seus frutos, ou seja, o ensino deve ser feito com a ação e deve estar voltado para a ação.

Huizinga (2001) nos coloca que a atividade relacionada ao jogo pertence a uma classe bem primitiva, por isso é fundamental quando o pensamento (homo sapiens) e a fabricação de objetos (homo faber), então, "homo ludens", no remete a algo lúdico, o qual surge dentro do processo do desenvolvimento da humanidade, ou seja, do momento que o indivíduo pensa, ela passa a concretizar seu pensamento, através do seu fazer, e ao realizar tal tarefa, inicia seu processo de construção, que vem, de forma implícita, fazer brincando, ou jogando.

Huizinga (2001) também define o jogo como:

Uma atividade voluntária exercida dentro de certos e determinados limites de tempo e espaço, segundo regras livremente consentidas, mas absolutamente obrigatórias. (HUIZINGA, p. 5)

Jogos e brincadeiras são indispensáveis para a saúde intelectual, psíquica e física do indivíduo, em especial crianças em fase de desenvolvimento global. Através de atividades lúdicas, os alunos desenvolvem o cognitivo, a socialização, linguagem, raciocínio lógico, criatividade, análise, síntese, capacidade de interpretação entre outras funções.

Ainda em consonância com os estudos de Huizinga (2001), podemos afirmar que atualmente, com o crescimento dos meios de comunicação como televisão e a internet, as crianças estão deixando de lado as brincadeiras, buscando o aspecto lúdico apenas nos jogos de computador, vídeos-games, dentre outros brinquedos eletrônicos que limitam as crianças, ocasionando a perda da sua própria identidade, e ao mesmo tempo, apontando para elas o que é correto, direciona-as em meio a situações com regras prontas, o que as priva de novas experiências que as façam crescer.

Os meios eletrônicos interferem na atitude e na formação de personalidade das crianças, principalmente quando comparado aos aspectos motores. A inatividade destes jogos, a influência alimentar, a hiperatividade, a liberação de violência, entre outras ações inadequadas adquiridas em conseqüências do mau uso dos aparelhos eletrônicos constituem exemplos de suas influências na vida humana. (HUIZINGA, 2001)

Oliveira (1977) permanece atual quando nos orienta que o uso de jogos e brincadeiras, em uma visão pedagógica, estimula o desenvolvimento psicomotor, emocional, afetivo, cognitivo entre outras áreas de aprendizagem, mas é preciso que se identifiquem as necessidades individuais de cada aluno para que possa estabelecer uma estratégia que supra essas carências. Deve-se entender melhor as necessidades e dificuldades mais imediatas do sujeito e utilizar as atividades lúdicas justamente na busca de possibilidades de aprendizagem e compreensão não só de conteúdos mas de valores também.

De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998):

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidado, brincadeiras e aprendizagem orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e

confiança, e o acesso, pelas crianças aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. (BRASIL, 1998, p.23, v.01).

Por isso, o educador é a peça fundamental nesse processo de ludicidade, devendo ser um elemento essencial. Educar não se limita em repassar informações ou mostrar apenas um caminho, mas ajudar a criança a tomar consciência de si mesmo, e da sociedade. É oferecer várias ferramentas para que a pessoa possa escolher caminhos, aquele que for compatível com seus valores, sua visão de mundo e com as circunstâncias adversas que cada um irá encontrar.

Nessa perspectiva, segundo o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil:

A criança necessita de estabilidade emocional para se envolver com a aprendizagem. O afeto pode ser uma maneira eficaz de aproximar o sujeito e a ludicidade em parceria com professor-aluno, ajuda a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem. E quando o educador dá ênfase às metodologias que alicerçam as atividades lúdicas, percebe-se um maior encantamento do aluno, pois se aprende brincando. (BRASIL, 1998, p. 30, v.01)

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo estudo bibliográfico e observações do cotidiano escolar da Escola Infantil Santo Antônio, constata-se que a aprendizagem acontece de maneira significativa enquanto a criança brinca. A aprendizagem é um processo interligado que faz com que ocorra uma transformação em nível de qualidade na estrutura mental daquele que aprende. Essa transformação se dá através da modificação do comportamento de um indivíduo.

Tende-se a conceituar a aprendizagem apenas como aquisições escolares formais. A educação formal é um processo de orientação da aprendizagem, mas nem todas as aprendizagens pertencem a este estilo, aprendizagens são todas as modificações, relativamente permanentes, de nossas tendências a reagir, que resultam da experiência de cada um. O comportamento apreendido não é estático, pois o ser humano modifica-se durante toda a sua vida.

Para se adquirir o aprendizado, é muito importante que o aluno tenha desejo em aprender. Tenha motivação, estímulo para o aprendizado e esta motivação pode ser incentivada pelo professor através de recursos atrativos, utilizando a linguagem do aluno com intuito de enriquecer seus conhecimentos. Uma forma de tornar o saber prazeroso é inserindo jogos e brincadeiras no planejamento diário.

Do ponto de vista pedagógico, percebem-se que as brincadeiras auxiliam aos educandos a formar conceitos, relacionar ideias, estabelecer relações lógicas, desenvolver a expressão oral, reforçar as habilidades sociais e construir seu próprio conhecimento, confirmando ser esse o papel dos jogos como instrumento facilitador do desenvolvimento da aprendizagem da criança. É brincando e jogando que a criança desenvolve sua atenção e afetividade.

A utilização do brinquedo como prática pedagógica, sob a orientação e acompanhamento do supervisor, compreende o valor dos jogos e das atividades lúdicas na educação como sendo subsídios eficazes para a construção do conhecimento da criança.

Desta forma, percebe-se que a ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade, mas principalmente na infância, na qual ela deve ser vivenciada de maneira a desenvolver suas potencialidades.

6 - REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998.

FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro**: teoria e prática da educação física. Editora Scipione: São Paulo, 1989.

GOULART, C.C. **A apropriação da linguagem escrita e o trabalho alfabetizador na escola**. Ca. Pesquisa. nº10. São Paulo: jul. 2000.

HUIZINGA, J. **Homo ludens**: o jogo como elemento da cultura. 4.ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor**: do nascimento aos 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. UFMG, out. 2003.

LIMA, Sandra Vaz de. **A importância da psicomotricidade na educação infantil**. Disponível em: <http://www.artigonal.com/educacaoartigos/a-importancia-da-psicomotricidade-na-educacao-infantil-340329.html>.

MEUR, A. de; STAES. **Psicomotricidade**. Ed. Manole, São Paulo, SP, 1984.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: caminhos e descaminhos.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

WAJSKOP, Gisela. **O brincar na educação infantil**. Caderno de Pesquisa: São Paulo, n.92, p.32-69, fev.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na pré-escola**. 3.ed. São Paulo: Cortez.

7- ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

**GISELLE MARIA BRASILEIRO GUIMARÃES
REJANE APARECIDA DE OLIVEIRA CASTRO
ROSINEI FARIA FERREIRA COUTO CABRAL
SÔNIA APARECIDA DE FARIA RESENDE**

**BELO HORIZONTE, 2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO INFANTIL SANTO ANTÔNIO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	5
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	7
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	7
2.3 Organização Técnica-Administrativa	8
2.4 Corpo Docente	9
3. CURRÍCULO	11
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	19
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	21
7. AVALIAÇÃO	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

Sabidamente, Ferreira (2009), definiu:

O Projeto Político Pedagógico é um documento produzido como resultado do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar a fim de organizar e planejar o trabalho administrativo-pedagógico, buscando soluções para os problemas diagnosticados. O PPP, além de ser uma obrigação legal, deve traduzir a visão, a missão, os objetivos, as metas e as ações que determinam o caminho do sucesso e da autonomia a ser trilhado pela instituição escolar. (2009, p. 01)

A instituição denominada como Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, situada à Rua Marina Emilce de Oliveira, nº 139, Bairro São José – Santo Antônio do Monte – MG, possui como Entidade Mantenedora a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, via Secretaria Municipal de Educação, supervisionada pela Superintendência Regional de Ensino de Divinópolis, funcionando em tempo integral, nas modalidades de ensino: Educação Infantil – Creche e Pré-escola - reconhecendo a importância da educação na formação integral da criança e na preparação destas para o ingresso no ensino fundamental, de acordo com a Lei nº 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais, atendendo, aproximadamente, 135 crianças - uma portadora de necessidades especiais - na faixa etária de 04 (quatro) meses a cinco anos e onze meses, servindo-se, para isto, de 18 educadores, 01 especialista e 01 psicólogo.

O atual Projeto Político Pedagógico foi revisado em 2012, envolvendo diretora, pedagoga, professores, educadores, comunidade escolar e demais funcionários da instituição.

O CEMEI Santo Antônio foi planejado, posteriormente, ampliado e é um dos cinco que atende às crianças carentes de 0 a 5 anos da cidade, buscando formar cidadãos críticos, num ambiente educativo e de gente feliz. Situado num bairro periférico da cidade de Santo Antônio do Monte, interior de Minas Gerais, com uma população, que em sua maioria, vive unicamente da “venda de rifa”. Este trabalho é feito através das viagens dos pais, denominados rifeiros. Partem de Santo Antônio do Monte, na segunda feira, com os carros carregados de diversas mercadorias (brincos, colchas, sandálias, produtos de beleza, roupas), levando, os mesmos, para outros estados, com uma freguesia já estabelecida e com as vendedoras já escolhidas. Deixam os produtos com as vendedoras, estabelecendo prazo para

voltar e fazer o acerto. Geralmente, o intervalo é de 22 dias. Retornam a Santo Antônio do Monte, para reencontrar seus familiares, e carregar, novamente, o carro com novas mercadorias a serem revendidas.

Destaca-se, na economia da cidade, a fabricação e venda de Fogos de Artifício, composta por uma clientela de classe social diferenciada, classe média baixa e classe baixa. Portanto, as crianças necessitam ficar na instituição, na sua maioria, em tempo integral, para que os pais possam se ausentar para o trabalho sabendo que seus filhos estarão sendo bem cuidados e educados, com segurança e afeto. Os moradores da comunidade contam com rede de esgoto, rede de água tratada, ruas asfaltadas e rede de iluminação pública.

A instituição é subsidiada pela Secretaria Municipal de Educação, que responde pelos serviços administrativos e pedagógicos do CEMEI Santo Antônio, instituição que funciona em tempo integral, no ensino da Educação Infantil, nas modalidades de creche e pré-escola, de acordo com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB Nº 9394/96, com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (Parecer 022/98) e os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil.

Para a revisão e conseqüentemente, a elaboração de um Projeto Político Pedagógico, que seja norteador de um trabalho de qualidade, é necessária a participação de todos os elementos que formam a comunidade escolar: pais, alunos e funcionários da escola. Com destaque para o papel do professor que deve possuir um maior conhecimento das competências, habilidades e, também, fragilidades dos alunos. Pois, isso possibilita que ele perceba o que deve ser mais explorado no dia a dia em sala de aula, fazendo, assim, um planejamento capaz de ser realizado e ter seus objetivos alcançados. E para que a participação do professor e comunidade escolar, na construção do PPP se efetive, torna-se necessário que todos estejam conscientes de suas funções, tendo interesses reais e coletivos, sempre buscando as mudanças necessárias para melhoria do CEMEI.

Para a revisão do PPP, o gestor escolar foi orientado pela equipe do setor pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

As teorias que norteiam o trabalho são as concepções filosóficas de homem, de sociedade, de educação, de escola, de professor/educador e pedagógicas - e as concepções psicológicas e sociais. Contemplam-se os fundamentos ético-políticos

(valores), fundamentos epistemológicos (conhecimento) e fundamentos didático-pedagógicos (relações).

De acordo com Moraes (2002, apud Kaloustian, Masagão, 2005, p. 41):

Ambientes físicos escolares de qualidade são espaços educativos organizados, limpos, arejados, agradáveis, cuidados, com flores e árvores, móveis, equipamentos e materiais didáticos adequados à realidade da escola, com recursos que permitam a prestação de serviços de qualidade aos alunos, aos pais e à comunidade, além de boas condições de trabalho aos professores, diretores e funcionários em geral. (KALOUSTIAN, MASAGÃO, 2005, p. 41).

Parafraseando o Projeto Pedagógico do Colégio Alternativo, de Rio Grande/RS, a avaliação do Projeto Político Pedagógico objetiva uma constante reflexão, considerando os valores expressos no referido projeto e as reais aspirações e necessidades da comunidade em que o CEMEI está inserido, “intervindo, qualitativamente, no desenvolvimento do processo pedagógico, da gestão e nas relações, em todas as dimensões do fazer escolar”.

1. FINALIDADE DA ESCOLA

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, com autonomia, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, contribuindo para a formação integral da criança, sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo, social, ético, complementando a ação de cuidar/educar, enriquecendo seu viver.

Os fatores internos e externos do CEMEI Santo Antônio são contemplados no Projeto Político Pedagógico, pois ambos influenciam, diretamente, no âmbito educacional. Não há como conceber o PPP sem levar em consideração esses fatores, afinal deve-se conceber este projeto como democratizador da educação, através de ações abrangentes tanto didático-pedagógicas, quanto administrativo-sociais.

Contudo, nas políticas educacionais brasileiras, ao ser aprovada a Lei Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 - *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, emerge um novo conceito de gestão democrática, onde a peça fundamental é a elaboração do Projeto Político Pedagógico e sua implementação,

que vem superar o enfoque limitado de administração, a partir do entendimento que os problemas educacionais são complexos e que demandam uma ação articulada e conjunta, na superação dos mesmos.

A gestão da escola, sob essa nova perspectiva, surge como orientação e liderança competentes, exercidas a partir de princípios educacionais democráticos e como referencial para a organização do trabalho em educação, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas.

Nas palavras de Veiga (2008):

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2008, p. 13).

A instituição tem como finalidade proporcionar atendimento integral às crianças, organizando o processo educacional, para que o mesmo seja um instrumento de humanização e interação social que valoriza as diferenças individuais e combate a discriminação, estimulando as várias capacidades da criança, respeitando o nível de maturação. Ter como prioridade o aspecto lúdico e as brincadeiras como processo de aprendizagem, ajuda o outro em seu desenvolvimento como ser humano, proporciona condições favoráveis para a formação consciente de hábitos, valores e atitudes, fortalece a participação dos pais nas atividades escolares e avalia, de forma constante, o desenvolvimento das crianças e as práticas pedagógicas da instituição.

Dalben(2004) ressalta que:

Chamada a rever suas práticas, a escola, como uma instituição social, encontra-se neste momento num processo dinâmico de renovação de valores, princípios, conteúdos e formas, na perspectiva de uma ação significativa, competente e comprometida com a melhoria de vida da população e com o engajamento em um novo tempo. (DALBEN, 2004, p.13).

O CEMEI Santo Antônio tem como missão o compromisso de realizar um trabalho que contribua para a construção do conhecimento através da promoção do desenvolvimento intelectual, afetivo, social e de valores éticos dos alunos, atendendo-os nos seus aspectos individuais e coletivos, contribuindo para a

formação de cidadãos éticos e solidários, capazes de construir conhecimentos significativos, aplicando-os, criticamente, perante a sociedade, colocando seus dons para humanizar o mundo.

O ideal do CEMEI Santo Antônio é fazer com que, cada dia de nossas crianças, seja um novo desafio, desenvolvendo-se ampla e integralmente, em um ambiente favorável, onde sempre haja respeito, confiança, cooperação e alegria. “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Paulo Freire

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 – REGIME DE FUNCIONAMENTO

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio inicia seu funcionamento às 6h 30 min às 17h 30 min, durante todo ano letivo, em acordo com o calendário escolar.

2.2 – ORGANIZAÇÃO FÍSICA

No *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*, Brasil, 1999, apud BRASIL, 2006, o ambiente físico é expresso como:

devendo ser arranjado de acordo com as necessidades e as características dos grupos de criança, levando-se em conta a cultura da infância e os diversos projetos e atividades que estão sendo desenvolvidos em conjunto com seus professores. A qualidade e a quantidade da relação criança–criança, adulto–criança, dos objetos, dos brinquedos e dos móveis presentes no ambiente dependem do tamanho destas e das crianças e podem se transformar em “poderosos instrumentos de aprendizagem” e em um dos “indicadores importantes para a definição de práticas educativas de qualidade” (BRASIL, 2006, p. 146).

O prédio da escola foi construído para atender a educação infantil, com adaptações necessárias ao nível de ensino e conta com uma infra-estrutura admirável, tanto de área externa quanto interna, em um ambiente saudável e seguro. Constam de suas dependências: Direção; Secretaria; Biblioteca; Cantina; Almoxarifado; Sala Multimídia; Coordenação Pedagógica; Salas de aula; Sala dos professores; Parque Infantil; Quadra poliesportiva, Lavanderia, Varanda

coberta; Área livre para recreação; Banheiro para funcionários; Banheiros para alunos – masculino e feminino;

De acordo com Azevedo; Bastos; Rheingantz; Vasconcellos; Aquino (2004):

De fato, deve haver uma conscientização geral sobre a importância do espaço físico para o processo educativo, tanto da parte dos educadores, dos responsáveis pelas políticas públicas, como daqueles que concebem os espaços. Essa conscientização demanda uma abordagem interdisciplinar que envolva educadores, arquitetos, engenheiros, profissionais de saúde, administradores e a comunidade escolar, e que favoreça o compartilhamento dos diferentes saberes e objetivos. A ideia de que para se ter educação bastam apenas algumas carteiras, cadernos e quadro-negro, excluindo a qualidade do espaço desse processo, deve evoluir para uma abordagem entre sujeitos e ambiente, fundamentais para o desenvolvimento infantil. O desafio no processo de concepção dos ambientes escolares é a busca de um repertório espacial que responda a todos os requisitos formulados pelo grupo interdisciplinar. Essa abordagem procura uma integração entre objetivos ambientais, pedagógicos, econômicos e sociais (AZEVEDO; BASTOS; RHEINGANTZ; VASCONCELLOS; AQUINO, 2004, p. 15-16).

As turmas atendidas pela escola são: Berçário I; Berçário II; Berçário III; Maternal I; Maternal II; Maternal III; 1º e 2º Período, de acordo com o estabelecido por lei, número de alunos, professores e educadores.

Conta-se com móveis e equipamentos em bom estado de conservação e adequados à Educação Infantil, bem como material pedagógico. O acervo bibliográfico e jogos pedagógicos são diversificados, disponíveis nas salas de aula, tendo, ainda, espaço reservado para leitura e brinquedoteca.

2.3 – ORGANIZAÇÃO TÉCNICA- ADMINISTRATIVA

O Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio conta com a seguinte estrutura administrativa:

I – Órgão Mantenedor:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte

Secretaria Municipal de Educação

II – Direção / Coordenação – Núcleo que organiza, dirige, direciona e controla todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição.

III – Secretaria – Órgão responsável pela execução dos trabalhos pertinentes a escrituração, correspondência e ao arquivo da escola.

IV – Coordenação Pedagógica – Função exercida pela Pedagoga da Educação Infantil Municipal, juntamente com a Coordenação da instituição.

2.4 – CORPO DOCENTE

O corpo docente é constituído por professores, legalmente habilitados, obedecendo às normas e disposições legais e regulamentares.

Os demais funcionários que compõem o quadro da educação básica são: psicólogo, secretária, auxiliares de serviços gerais e vigia.

2.5 – ORGANIZAÇÃO DA ROTINA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009, p. 16), as propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (DCNEI, 2009, p. 16).

As atividades pedagógicas são organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde a chegada das crianças até o momento da saída, quando seus pais ou responsáveis retornam de sua jornada diária de trabalho.

O cotidiano do CEMEI Santo Antônio é composto por atividades que envolvem:

- Recepção e saída das crianças;
- Cuidados de higiene, lazer e repouso;
- Alimentação adequada às diferentes faixas etárias e necessidades da clientela;
- Atividades educativas dirigidas e orientadas, utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

As atividades desenvolvidas na instituição tem sempre sua importância para a criança. Do ponto de vista pedagógico destacamos:

- I – Cuidar, como parte integrante do processo educacional;
- II – Brinquedos / brincadeiras;
- III – Atividades livres;
- IV – Hora da história;
- V – Passeio;

- VI – Atividades permanentes;
- VII – Sequência de atividades;
- VIII – Projetos de trabalho;
- IX – Temas integradores.

De acordo com o Parecer das DCNEI (2009, Apud FARIA; SALLES, 2012, p. 38), há orientações importantes para a elaboração da Proposta Pedagógica da Educação Infantil:

O trabalho pedagógico na unidade de Educação Infantil, em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades, deve-se voltar-se para uma sensibilidade que valoriza o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, garantindo-lhes a participação em diversificadas experiências. As instituições de Educação Infantil precisam organizar um cotidiano de situações agradáveis, estimulantes, que desafiem o que cada criança e seu grupo de crianças já sabem sem ameaçar sua autoestima nem promover competitividade, ampliando as possibilidades infantis de cuidar e ser cuidada, de se expressar, comunicar e criar, de organizar pensamentos e ideias, de conviver, brincar e trabalhar em grupo, de ter iniciativa e buscar soluções para os problemas e conflitos que se apresentam às mais diferentes idades, e lhes possibilitem apropriar-se de diferentes linguagens e saberes que circulam em nossa sociedade, selecionados pelo valor formativo que possuem em relação aos objetivos definidos em seu Projeto Político Pedagógico.(BRASIL, CNE/CEB, 2009).

Participação e autonomia são os princípios da gestão democrática. E na perspectiva de gestão democrática e participativa, o Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio desenvolve suas atividades, contando com a participação efetiva de todos os profissionais envolvidos no sistema educacional e comunidade escolar como um todo, através de atitudes diversas e contínuas.

Conforme Guimarães (2012):

Hoje, a escola para se diferenciar, precisa colocar seu foco em uma educação que vise a reconstrução dos conceitos morais e éticos, trabalhados na busca da equidade, de forma que seu currículo seja adaptado de acordo com a clientela que atende, trabalhando a interdisciplinaridade na formação de indivíduos capazes de analisarem, agirem e transformarem o meio em que vivem.(GUIMARÃES, 2012, p. 01).

Freire (1996, p. 52) diz que: “O mundo encurta, o tempo se dilui: o ontem vira agora; o amanhã já está feito”. Se o que se busca para a educação contemporânea é uma gestão democrática, participativa, através de ações de todos os envolvidos no processo educacional, nas decisões de atividades a serem desenvolvidas, deve-se procurar instigar, em atitudes de criticidade, os pequeninos. Isso para que, delegando responsabilidades, oportunidades desde decisões, atitudes

críticas, os coloquemos como cidadãos capazes de transformar a sociedade em que vivem, pois serão eles os futuros gestores de nossa nação.

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta de trabalho da equipe do CEMEI Santo Antônio se enquadra dentro da qualidade do ensino dos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino- aprendizagem, desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética. No entanto, o currículo não diz respeito apenas a uma relação de conteúdos, mas envolve também:

Questões de poder, tanto nas relações professor/aluno e administrador/professor, quanto em todas as relações que permeiam o cotidiano da escola e fora dela, ou seja, envolve relações de classes sociais (classe dominante/classe dominada) e questões raciais, étnicas e de gênero, não se restringindo a uma questão de conteúdos. (HORNBERG e SILVA, 2007, p.1)

Veiga (2002) complementa:

Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. (VEIGA, 2002, p.7).

Moreira e Candau (2006, p. 86) definem currículo:

como as experiências que se desdobram em torno do conhecimento, em meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades de nossos(a) estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas. (MOREIRA E CANDAU, 2006, p. 86).

Essas experiências, segundo Lima (2006), cumprem o objetivo antropológico de garantir a continuidade da espécie, socializando, para as novas gerações, as aquisições e invenções resultantes do desenvolvimento cultural da humanidade. A partir dessas discussões e definições, currículo na Educação Infantil pode ser conceituado como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionadas aos saberes e conhecimentos, intencionalmente selecionadas e organizadas pelos profissionais, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana. É um dos elementos da Proposta

Pedagógica, devendo ser norteado pelos pressupostos que a orientam e se articular com os demais elementos nela definidos.

As DCNEIs, em seu art. 3º, definem currículo da Educação Infantil como:

[...] um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, CNE/CEB, 2009, p. 1)

Assim, explicitar o currículo em uma Proposta Pedagógica de uma instituição de Educação Infantil representa apontar as experiências a serem trabalhadas com as crianças de 0 a 5 anos de idade, definindo seus objetivos, bem como organizando todos os saberes, conhecimentos, valores e práticas que possibilitam, ao mesmo tempo, o cuidar e o educar.

Seja qual for a escola, seja qual for a sociedade, uma coisa é certa: há um currículo definido para ser ensinado e que serve à sociedade no qual ele está inserido. Ou seja, a escola “presta serviços” à sociedade educando os seus cidadãos e entregando-os à sociedade para que, em contrapartida, a sociedade “diz” para a escola o que ela precisa ensinar aos seus cidadãos. Portanto, no momento da organização do currículo escolar, devemos nos perguntar o que precisamos ensinar aos nossos alunos de acordo com a nossa cultura. Isso nos faz concluir que nenhum currículo é neutro, ao contrário, está permeado de fatores sociais, políticos e econômicos.

Organizar um currículo é tarefa de toda a escola e não só do professor. É necessário que a escola fundamente o seu trabalho teoricamente e que construa um currículo adequado às condições afetivas, cognitivas e biológicas de cada grupo de alunos, pois, se ele for complexo demais, estaremos fabricando dificuldades de aprendizagem, mas se for aquém, estamos impedindo que ela se desenvolva. O modo como são organizados os conteúdos, giram em torno de temas integradores, datas comemorativas e projetos específicos, privilegiando, sempre, o contexto lúdico, reconhecendo as crianças como seres únicos e capazes, que aprendem a aprender, a fazer, a ser e a conviver consigo mesmos, com os outros e com o meio ambiente, de maneira integrada e gradual. Nesta perspectiva, as brincadeiras, espontâneas e dirigidas, o uso de materiais diversos, a música, o jogo, a dança, as diferentes formas de comunicação, de expressão, de criação e de movimento

caracterizam as várias maneiras de estimular o desenvolvimento e as conquistas individuais e coletivas das crianças.

1 – MOVIMENTO:

O movimento humano é muito mais que o simples deslocamento do corpo no espaço, é uma forma de linguagem, da qual a criança age sobre o meio físico e atua sobre o ambiente que integra. As ações exploratórias através do movimento permitem que as crianças conheçam as funções, possibilidades e limitações, quanto as diferentes partes de seu corpo. Podemos assim, expressar e interagir com o meio, através das mímicas e dos gestos corporais. A aquisição da apreensão e locomoção representa importantes conquistas no plano da motricidade. Aquisição esta conquistada e aprimorada conforme as oportunidades que se oferecem à criança de explorar o espaço, manipular objetos, realizar atividades diversificadas e desafiadoras.

2 – MÚSICA:

A música é um meio de expressão, conhecimento e uma excelente estratégia para estimular e desenvolver o equilíbrio, a percepção auditiva, a autoestima e a socialização. A escuta de diferentes sons produzidos por brinquedos sonoros, instrumentos musicais e sons do próprio ambiente é fonte de observação e descobertas, que provocam as mais diversas reações: atenção, tranquilidade ou agitação.

3 – ARTES VISUAIS:

As Artes Visuais, tais como a música, são formas de expressão e linguagem que devem ser trabalhadas e estimuladas nas crianças desde o nascimento, possibilitando à criança desenvolver a imaginação criadora, a sensibilidade, a percepção visual, a cognição, além de ter um papel fundamental no processo de alfabetização da criança. Quando bem estimulada, dentro das possibilidades e limites da criança, no primeiro ano de vida ela já é capaz de produzir seus primeiros traços gráficos. A conhecida fase das garatujas.

4 – LINGUAGEM ORAL E ESCRITA:

O trabalho com Linguagem Oral e Escrita constitui um dos eixos básicos da Educação Infantil, devido à sua importância na formação do sujeito, na socialização da criança com as pessoas e com o meio, na orientação de suas ações, na construção do conhecimento. A escola, ao desenvolver um trabalho através de

experiências significativas, proporciona, ao aluno, estímulo e o desenvolvimento gradativo das capacidades associadas às quatro competências básicas: falar, escutar, ler e escrever.

5 – NATUREZA E SOCIEDADE:

É importante que, desde cedo, a criança conviva, na escola, com diferentes informações sobre diferentes conteúdos que compõem o universo de conhecimentos construídos pelos homens, em sociedade. Dentre eles, estão aqueles organizados pelas Ciências Sociais e Ciências Naturais. São muitos os temas interessantes para as crianças como animais, natureza, lugares, fenômenos da natureza e tudo que se relaciona à sociedade e à natureza.

6 – MATEMÁTICA:

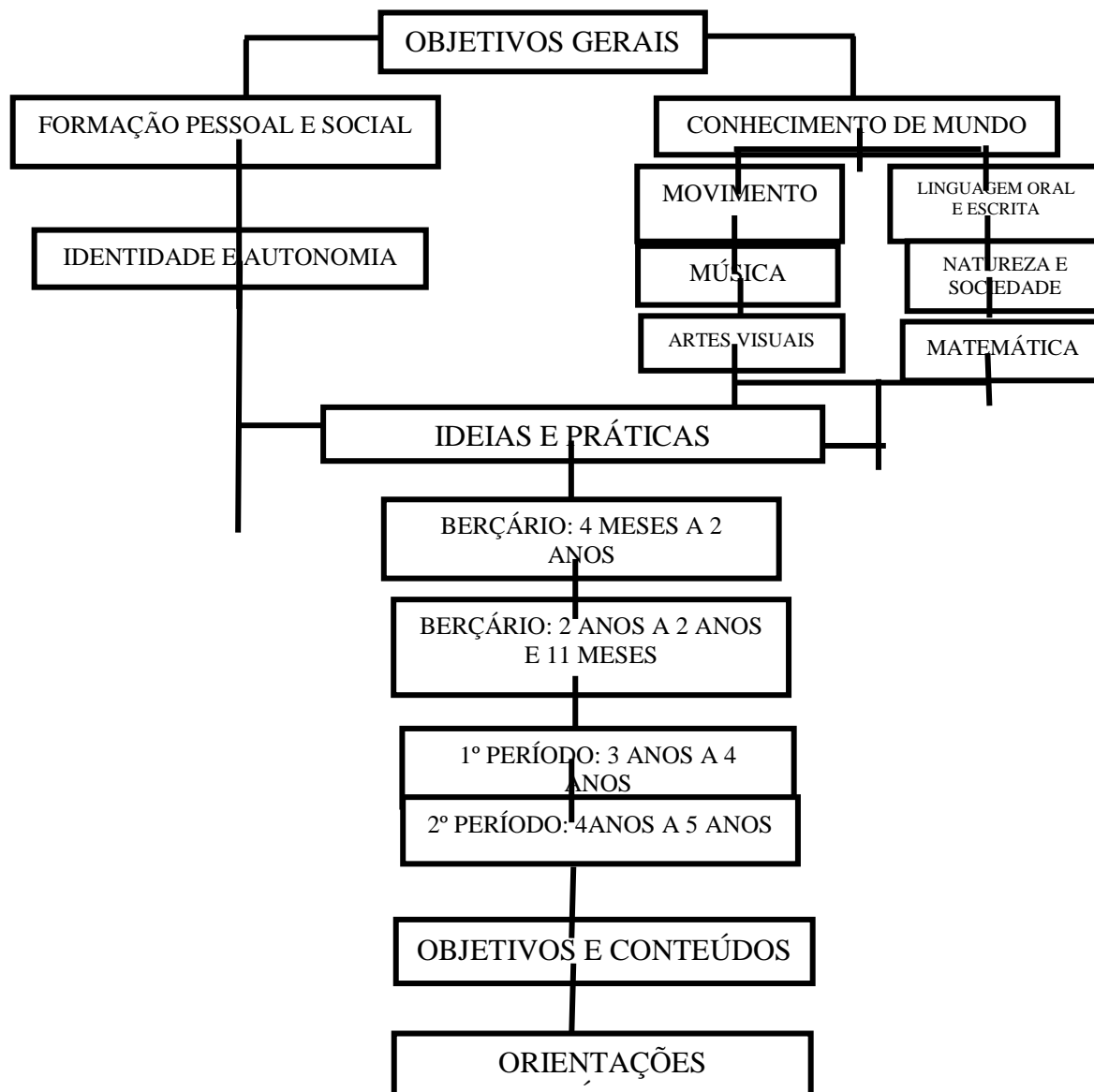
A Matemática está presente no universo infantil em diversas situações, nas quais envolvem números, noções de quantidade, de espaço e outros. Ao se trabalhar com o conhecimento matemático, na Educação Infantil, de maneira lúdica e contextualizada, a criança tem a possibilidade de desenvolver sua capacidade de generalizar, analisar, sintetizar, inferir, formular hipóteses, deduzir, refletir, argumentar e compreender as características e propriedades dos objetos. No entanto, é preciso que o professor faça adequações de dadas situações do cotidiano, em situações de aprendizagem, formulando perguntas, suscitando desafios e incentivando a verbalização, pela criança, para que ela possa elaborar seu conhecimento matemático, gradativamente.

7 – IDENTIDADE E AUTONOMIA:

Este eixo está relacionado aos processos de socialização e construção de identidade. Por isso, as instituições de Educação Infantil precisam oferecer à criança um ambiente que ofereça a oportunidade de relacionar com outras crianças de diferentes origens culturais, sociais, religiosas, etnias, costumes e valores. A criança constrói sua identidade de uma forma continuada, quando em contato com os pares. A maneira pela qual a criança é vista pelo professor/educador e pelo grupo, influencia em sua formação, na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção.

A proposta de trabalho se enquadra dentro da qualidade do ensino aos conteúdos curriculares, garantido ao aluno o acesso ao conhecimento vinculado ao pensar, ao fazer em todos os momentos do processo ensino aprendizagem,

desenvolvendo a sua capacidade reflexiva, analítica, crítica e ética como mostra o organograma abaixo:



4. TEMPO E ESPAÇO ESCOLARES

A sociedade contemporânea, atualmente, vive uma de suas mais profundas crises sócio culturais, fundamentada na base da “nova família” em que está inserida, trazendo, consigo, um legado aturdido de novos valores, ajustados aos desejos da sociedade capitalista, competitiva, onde impera a lei do ter e não a lei do ser.

Perrotti (1990), afirma que:

[...] o confinamento da infância ocasionou-lhe sérios problemas sócio-político-culturais. A cultura produzida pela infância livremente nos espaços públicos foi progressivamente sendo assimilada pelos

espaços privados à medida que a urbanização e a vida burguesa avançavam.[...] Sem poder brincar livremente pela cidade, a criança perde não apenas o espaço físico, mas sobretudo altera estruturalmente suas condições de produzir e de se relacionar com a cultura, com a sociedade, com a vida política. (PERROTTI, 1990, p.92, grifo nosso)

Repensar o tempo e espaço escolar, mediante atuais propostas educacionais é um momento único, importante, em que devemos considerar toda uma trajetória da humanidade e suas conquistas, em pouco tempo. Os atuais conceitos são legados de importantes debates para a educação. Não podemos voltar ao passado e remendá-lo, logo, concluímos que, o que importa são os acontecimentos que estão no presente, para analisar, repensar, mudar e transformar o que se fizer necessário.

Historicamente, podemos perceber que o tempo e o espaço escolar sofrem alterações com a cultura e seu contexto, assim cada geração adota postura diferente, resultado da ação educativa da época.

Atualmente, a pauta e a grande reivindicação são para que ocorra uma educação de inclusão, não apenas no PPP, no Regimento escolar, no currículo, mas que respeite, realmente, o tempo de cada criança para aprender a aprender. Cada criança tem seu próprio tempo, para apreciar, observar, concluir seu pensamento, para que aconteça de maneira prazerosa, garantindo um direito explícito na Constituição. Compete ao CEMEI organizar situações agradáveis, possibilidades de criar, expressar, comunicar, trabalhar em grupo, de ter iniciativa em buscar soluções e resolver, de modo saudável, conflitos gerados pelas brincadeiras, assegurando a compreensão e construindo relações sobre si mesmas.

Segundo Horn; Barbosa (2001):

Organizar o cotidiano das crianças da Educação Infantil pressupõe pensar que o estabelecimento de uma sequência básica de atividades diárias é, antes de mais nada, o resultado da leitura que fazemos do nosso grupo de crianças, a partir, principalmente, de suas necessidades. É importante que educador observe o que as crianças brincam, como estas brincadeiras se desenvolvem, o que mais gostam de fazer, em que espaços preferem ficar, o que lhes chama mais atenção, em que momentos do dia estão mais tranquilos ou mais agitados. Este conhecimento é fundamental para que a estruturação espaço-temporal tenha significado. Ao lado disto também é importante considerar o contexto sociocultural no qual se insere e a proposta pedagógica da instituição, que deverão lhe dar suporte. (BARBOSA; HORN, 2001, p. 67),

Ao organizar o tempo e espaço escolar para as crianças, compete ao educador fazer um ajuste de seu espaço, oferecendo situações diversificadas, com o objetivo de: proporcionar à clientela uma aprendizagem significativa, provocando a ampliação de seus saberes ou significações. Atividades que demandam mais tempo/espaço onde o professor tem o cuidado de organizar as vivências propostas e a mesmas serem alcançadas, gerando novas formas de interagir, novos aprendizados.

O CEMEI Santo Antônio foi reformado, recentemente, para atender melhor e adequar seu espaço físico às crianças. O critério para a enturmação dos alunos leva em consideração sua faixa etária, começando pelos berçários I, II, III, com turmas de 18 alunos, que são recebidos pelo educador com título de Magistério. O mesmo critério é adotado para as turmas de Maternal I, II, III, que tem, em média, 23 a 25 alunos, um professor regente formado em Pedagogia e um professor educador com título de Magistério.

O Especialista em Educação orienta o professor regente e o educador, ambos desenvolvem trabalhos diferenciados, priorizando o bem estar do educando, uma vez que, para algumas crianças a carga horária no CEMEI, é de 12 horas. O Planejamento e a grade curricular foram aprovados pela Superintendência local e todos os trabalhos, atividades são estruturadas atendendo a cada sala. Nas reuniões de planejamento, os professores regentes e o educador pontuam itens que devem ser revistos, dando seu aval para prosseguir com os conteúdos do planejamento, visto que sua turma já sinalizou que está pronta para encarar novos aprendizados. Compete à Especialista a elaboração do horário para que todas as turmas façam uso do pátio, parquinho, faz de conta, biblioteca. A lousa interativa é uma novidade esse ano. Foi estipulado um horário para que os alunos a usem, sendo uma ferramenta de última geração, conectada á internet, viabilizando o trabalho do professor, com rodas de leitura, vídeos informativos, além das aulas que a mesma já tem à disposição do professor, que as planeja e executa, em sala.

O trabalho com psicomotricidade é prioridade no CEMEI, com um módulo de trinta minutos, o professor regente, juntamente com a Especialista, monta o Circuito Motor para que as crianças, uma a uma, passem pelo mesmo. O CEMEI Santo Antônio segue o mesmo calendário escolar do município, evitando transtornos com pais/responsáveis que, muitas vezes, tem um filho no CEMEI e outro na rede municipal. O calendário escolar é composto por 200 dias letivos. Em relação á carga

horária, são 4 horas-aula e vinte minutos no maternal I, II, III, que compreende o horário de 7 horas às 11 horas e vinte minutos. Neste horário, os alunos são de responsabilidade do professor regente. O restante do dia compete ao educador que, por sua vez, executa atividades diferentes do professor, evitando a monotonia.

Respeitar o tempo de aprendizagem de cada um, suas limitações e vibrar com seus pequenos avanços é o maior desafio do CEMEI Santo Antônio que, através de cursos de formação, atualiza todos os envolvidos no processo de educação, que inicia-se no berçário.

As crianças do CEMEI Santo Antônio chegam às seis horas e saem às 18 horas. São doze horas dentro da instituição. A instituição conta com o professor recuperador. Sua função é desenvolver atividades na tentativa de sanar a defasagem de aprendizagem do aluno. Esta experiência é muito válida, uma vez que muitas crianças não tem auxílio em casa, logo o papel do professor recuperador é, grande parte das vezes, orientá-lo no dever de casa.

O grande paradigma da educação, que vem se arrastando ao longo dos anos, é aceitar que a educação ultrapassa as paredes da sala de aula, os muros de um CEMEI ou escola. Estar atento ao ambiente socioeconômico, cultural de nossa clientela diminui nossa frustração, além de nos mostrar um caminho onde tempo e espaço escolar possam encontrar um denominador comum: Atender aos anseios dos educandos, sem ferir a expectativa do professor.

A responsabilidade de um professor de Educação Infantil é grande, uma vez que a infância é um tempo onde a memória registra e capta as mais sensíveis experiências, felizes ou infelizes. Memórias que farão parte de sua história de vida, de maneira positiva ou negativa.

O tempo, na instituição educativa, deve ser rico em oportunidades, aproveitando, plenamente, todas as experiências vivenciadas pela criança, além de proporcionar, às mesmas, novas aprendizagens, descobertas, respeitando a faixa etária de cada um e o seu “tempo” para aprender. O grande desafio consiste em ajustar tempo, espaço escolar, atendo à demanda do currículo escolar, a regularidade das atividades e a apropriação do conhecimento pelas crianças.

Para Camargo (2008):

Os espaços de nossa infância nos marcam profundamente. Sejam eles berço, casa, rua, praça, creche, escola, cidade, país, sejam eles bonitos ou feios, confortáveis ou não, o fato é que influenciam definitivamente nossa maneira de vermos o mundo e de nos relacionarmos com ele. (CAMARGO, 2008, p. 45).

5. PROCESSO DE DECISÃO

É uma gestão democrática, compartilhada em diversos âmbitos da organização escolar, favorável ao trabalho educacional, que valoriza os diferentes talentos e faz com que todos compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades, que contribui para a construção de uma política pedagógica favorável à aquisição de aprendizagens significativas.

Para tal, não só a direção/administração que decide, opina, e sim, a escola como um todo. As decisões são coletivas, planejadas, reestruturadas, avaliadas, uma vez que a escola se constrói na sua relação com a sociedade, sendo um reflexo das necessidades socioculturais de cada época.

O processo de decisão é uma tarefa que compete ao corpo docente, gestor educacional, comunidade escolar, para resolver uma situação problema e obter resultado positivo. Somente saber o que se quer não é suficiente para que o processo de decisão seja o acertado. Fatores como: analisar, priorizar, avaliar, planejar e prever a curto, médio, longo prazo, a repercussão do mesmo.

No âmbito educacional, todo processo de decisão deve estar ligado a fatores internos e externos, gerando, por conseguinte, uma ação que se espera que seja positiva para a escola. É de competência do gestor, organizar, por níveis de importância dentro da instituição, os problemas de soluções graves, pouco importantes, não importantes, traçar as metas para que a situação problema seja resolvida satisfatoriamente, uma vez que uma das partes deverá fazer escolhas, ceder um pouco, encontrando o melhor caminho para todos.

Sabemos que o processo de decisão educacional brasileiro precisa, urgentemente, tomar “decisões sérias” para que o gestor educacional possa exercer, de fato, e fazer valer sua decisão, que na maioria das vezes se perde em termos burocráticos, fato que vivenciamos, rotineiramente.

O Colegiado Escolar, peça fundamental para acompanhar os trabalhos do gestor educacional, é eleito pela comunidade escolar, composto por um representante de cada seguimento: Seguimento, de professores, auxiliares de serviços gerais, secretaria, pais/responsáveis, especialista em educação. Uma vez escolhido lavrado em ata, o mesmo toma posse, recebe orientações e participa de

maneira eficaz de todas as decisões, acontecimentos dentro da instituição, ora festivos, ora muito delicados.

A presença do Colegiado Escolar, se dá no momento da tomada de decisão, em que questões importantíssimas são analisadas, rigorosamente, embasados na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Projeto Político Pedagógico, no Regimento Escolar, sem ferir a nenhum, no quesito dever/direito do aluno.

Atualmente, o gestor educacional exerce, na maioria das vezes, o processo de decisão, que vá satisfazer e atender à política educacional vigente. Ele abre mão de um processo de decisão criativo, elaborado pela comunidade escolar, com a participação do corpo docente e discente que sabe e conhece a realidade atual da escola. Mas, na hora de executar o gestor educacional não é autônomo o suficiente para fazer valer sua posição e de toda a comunidade escolar, gerando frustração a todos.

A oscilação entre a política educacional e a realidade educacional vivenciada por gestores torna seu processo de decisão uma tarefa árdua, doída, frustrante. Urge-se uma reforma na política educacional brasileira, rompendo as barreiras da burocracia, diminuindo planilhas, ofícios, protocolos, que impedem, na verdade, o verdadeiro trabalho do gestor educacional: tomar decisões acertadas, para que sua escola seja a melhor escola.

Para Oliveira (2004):

nada mais é do que a conversão das informações em ação, assim sendo, decisão é a ação tomada com base na apreciação de informações. Decidir é recomendar entre vários caminhos alternativos que levam a determinado resultado. (OLIVEIRA, 2004).

Segundo Chiavenato (1997):

as decisões possuem fundamentalmente seis elementos: 1. Tomador de decisão – pessoa que faz a seleção entre várias alternativas de atuação. 2. Objetivos – propósito ou finalidade que o tomador de decisão almeja alcançar com sua ação. 3. Preferências – critérios com juízo de valor do tomador de decisão que vai distinguir a escolha. 4. Estratégia – direção ou caminho que o tomador de decisão sugere para melhor atingir os objetivos e que depende dos recursos que se dispõe. 5. Situação: aspectos ambientais dos quais vela-se o tomador de decisão, muitos dos quais fora do controle, conhecimento ou compreensão e que afetam a opção. 6. Resultado: é a decorrência ou resultante de uma dada estratégia definida pelo decisor. (CHIAVENATO, 1997, p. 710)

Tanto o gestor escolar, quanto o funcionário, é responsável pelas decisões que são cabíveis. Situação adversa, porque quem, na verdade, define o processo de

decisão, não convive, realmente, com a realidade verdadeira da instituição e o seu processo de decisão não se adéqua àquela realidade.

Para o planejamento e execuções de ações que utilizem verbas públicas, deverá haver um diálogo entre as diversas instâncias vinculadas ao sistema, utilizando-se de uma linguagem única, que possibilite, a cada segmento, se expressar, planejando, executando e fiscalizando o direcionamento das verbas oriundas do poder público, constituindo-se os Conselhos Escolares, hora instituídos pelos representantes da comunidade escolar.

Somente com uma autonomia financeira, administrativa e pedagógica, a instituição escolar será capaz de elaborar planos de ações, tendo conhecimentos sobre fiscalização e procedimentos estabelecidos por lei, para a devida aplicação e respectiva prestação de contas.

Dourado (2006, p. 75-76), afirma que: Ao buscar o fortalecimento dos Conselhos Escolares, por meio da efetivação de uma gestão financeira participativa e transparente, visa contribuir com a progressiva autonomia das unidades escolares e, desse modo, fortalecer o papel da escola pública e gratuita no Brasil na oferta da educação básica de qualidade.

De acordo com Dourado (2006):

Os Conselhos Escolares adquirem também a função de planejamento, acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos da escola e de onde e como se gastam as verbas que ela recebe, ou seja, torna-se um órgão fundamental de controle social das verbas públicas destinadas à educação. (DOURADO, 2006, p. 81).

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A discrepância entre as teorias pedagógica e o fazer propriamente dito da mesma desencadeou, nos primórdios do século XXI, uma crise nas relações de trabalho, advinda da instabilidade das políticas educacionais vivenciadas por todos: gestor escolar, corpo docente, discente, comunidade escolar. Viabilizar e estreitar as relações de trabalho é o caminho mais seguro e saudável para garantir a saúde física e mental dos profissionais da área educacional.

Respeitar a diversidade, a cultura do outro, o tempo e o espaço escolar do discente com deficiências intelectuais, físicas, motoras, é o grande desafio para a instituição escolar. O processo de inclusão é um direito garantido por lei, mas verdadeiramente as instituições não estão preparadas e tampouco os professores.

Gestores escolares vivem o dilema: como tratar pessoas com deficiência e, em especial, as com deficiência intelectual.

Garantir o aprendizado e sua permanência na escola, com prazer, requer uma estreita relação de afetividade, conquista diária, aprendizagem significativa.

Sasaki (1997) nos aponta: “(...) a celebração das diferenças; o direito de pertencer; a valorização da diversidade humana; a solidariedade humanitária; a igual importância das minorias; e cidadania com qualidade de vida”.

Princípios que devem servir para nos impulsionar e motivar para alcançar nossos objetivos e ideais inclusivos. Mas há controvérsias, quanto à teoria e prática, a falta de informação e formação do docente, contribui de maneira significativa.

Capacitar todos profissionais da instituição, seria o primeiro passo para evitar a frustração do professor que, por sua vez, não vê seu trabalho realizado satisfatoriamente.

Para Santos (2005), entre essas ações:

Merecem destaque a Declaração Universal dos Direitos Humanos, referência na luta pela igualdade de direitos de todos, a Convenção relativa dos Direitos das Crianças em vigor desde 1990, e a Declaração de Salamanca em 1994 que proclama a “inclusão das crianças, deficientes como direito do cidadão, o direito de ser diferente e ter uma educação de qualidade”. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 21).

Na Declaração Mundial de Educação para Todos, para Santos (2005), entre essas ações:

[...] particularmente, coloca em questão os processos escolares tradicionais, intensificando as reflexões em torno de como operacionalizar o princípio democrático de Educação para Todos, por meio de modernização de recursos, do acesso à aprendizagem de todos os alunos, do aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão educacional e da prática pedagógica dos professores. SANTOS, Maria Sirley dos. (SANTOS, 2005, p. 28).

As políticas educacionais fundamentadas nos princípios da democracia e no reconhecimento do Direito de Todos a uma Educação de Qualidade, em que a escola pública seja um local de produção de conhecimentos, de espaços acolhedores e de respeito às potencialidades de cada um, realmente as políticas educacionais o fazem, mas comprometem a produção de conhecimento e o respeito às potencialidades de cada um, começando pelo professor, que não foi capacitado, orientado para trabalhar com o discente incluso. Por conseguinte, a armadilha comportamental se solidifica, com a má comunicação entre docente, discente, estarrece a afetividade por não saber compreender as limitações do

docente/discente. Com o confronto emocional estabelecido, logo o docente compromete sua saúde física, mental, psicológica. A formação dos profissionais é meta primordial a ser traçada pelas políticas educacionais, proporcionando ao professor uma nova visão de escola. Consciente dessa nova visão, sua prática pedagógica será responsável, consciente, com embasamento teórico, formação contínua sobre o desenvolvimento humano e o cumprimento dos direitos humanos universais. Consciente e ciente do seu papel de professor, que nesta perspectiva torna-se um professor mediador e pesquisador do conhecimento, aceita a diversidade e a pluralidade, torna-se um aprendiz e vibra com cada conquista de cada aluno.

Segundo Reis (2014, p. 01): “Hoje o que determina a qualidade da vida profissional e o alcance de resultados não são as competências técnicas e, sim, habilidades de relacionamentos.”

As relações de trabalho estabelecidas no CEMEI Santo Antônio estão de acordo com as funções que cada funcionário desempenha. O quesito respeitado é o nível de formação acadêmica, correspondente à função a ser desempenhada.

Todos os funcionários da instituição ocupam seus cargos, depois de concursados, e a documentação é conferida, minuciosamente. Professores e educadores com documentação irregular são comunicados, tem um determinado tempo para regularizar sua situação, seja na formação e/ou regulamentação de documentos. Atualmente, todos os profissionais do CEMEI Santo Antônio estão cursando Pedagogia a distância ou Curso de Magistério, para futuros educadores da Educação Infantil.

O CEMEI “Santo Antônio” se propõe a avaliar, constantemente, o trabalho da equipe. A avaliação processual acontece diariamente, não se concentra, apenas, no cognitivo, respeita a individualidade, visando o crescimento pessoal da criança, com foco nos deveres de casa, participação, frequência e bagagem de conhecimentos da criança.

Avaliar a ação de toda a equipe técnica, administrativa e pedagógica, é o que fortalece os relacionamentos, buscando uma ação transformadora dentro do centro educacional, utilizando dos recursos pedagógicos de que dispões, revendo o processo, buscando aprimorar sempre.

7. AVALIAÇÃO:

A avaliação, na Educação Infantil, em acordo com a LDB, na Seção II, Art. 31, “... far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Analisando o texto da Lei, compreende-se que esta avaliação deve ter, portanto, a finalidade de acompanhar o desenvolvimento da criança, através de observações, reflexões constantes e registros do professor sobre as diferentes manifestações de conquistas, dificuldades e possibilidades. Através da avaliação é possível, ao professor, dispor dos principais elementos para as correções no processo educativo, planejando e direcionando o trabalho pedagógico, compartilhado por todas as pessoas responsáveis pela criança (escola e família).

Conforme Fernandes (2007):

A avaliação é uma atividade orientada para o futuro. Avalia-se para tentar manter ou melhorar nossa atuação futura. Essa é a base da distinção entre medir e avaliar. Medir refere-se ao presente e ao passado e visa obter informações a respeito do progresso efetuado pelos estudantes. Avaliar refere-se à reflexão sobre as informações obtidas com vistas a planejar o futuro. Portanto, **medir não é avaliar**, ainda que o medir faça parte do processo de avaliação. (FERNANDES, 2007, p. 19).

Partindo deste pressuposto, Penna (2009) coloca que a avaliação é realizada através:

- Da observação e acompanhamento, ou seja, o ato de observar contribui tanto para que o professor possa perceber a singularidade e a integralidade das crianças, quanto para que possa realizar propostas de trabalho de acordo com suas necessidades. Enquanto as crianças realizam as atividades, o professor encoraja a livre expressão, criando oportunidades, permitindo-lhes conhecer melhor os seus interesses e compreender os processos de aprendizagem.
- De fichas individuais para o registro do desenvolvimento de cada criança, a fim de construir um entendimento, que possa ser compartilhado com seus pares, outros profissionais e com os pais. Por isso, quando se avalia desta forma, tem que se ter em mente que várias pessoas poderão ler a que servirá a vários propósitos.
- De relatórios contendo as falas das crianças: é preciso considerar, nos processos avaliativos das crianças pequenas, aquilo que elas apontam, ou seja, é preciso considerá-las também como sujeitos do processo, que contribuem através de participações, falas, conclusões, sugestões e socializações, as quais precisam ser descritas e salientadas para serem compartilhadas com os pais e equipe. (PENNA, 2009, p. 01)

De acordo com o que relata Fernandes (2007):

O professor, trabalhando na perspectiva da avaliação formativa, não está preocupado no dia-a-dia em atribuir notas aos estudantes, mas em observar e registrar seus percursos durante as aulas, a fim de analisar as possibilidades de aprendizagem de cada um e do grupo como um todo. Pode, dessa forma, planejar e replanejar os processos de ensino, bem como pode planejar as possibilidades de intervenção junto às aprendizagens de seus estudantes. (FERNANDES, 2007, p. 30).

Hoffmann (2012), conclui que:

Acompanhar a criança em seu desenvolvimento exige um olhar teórico-reflexivo sobre seu contexto sociocultural e manifestações decorrentes do caráter evolutivo do seu pensamento. Significa respeitá-la em sua individualidade e em suas sucessivas e gradativas conquistas de conhecimentos em todas as áreas. (HOFFMANN, 2012, p. 09).

AValiação INSTITUCIONAL:

Para Gadotti (apud FERREIRA, s d, p. 01), “avaliação é um tema que qualifica a educação, como também, os serviços prestados pela instituição”.

Assim relata Ferreira, (s d):

A avaliação da aprendizagem não pode ser separada de uma necessária avaliação institucional, mesmo que elas sejam de natureza diferente: enquanto esta diz respeito à instituição, aquela se refere mais especificamente ao rendimento escolar do aluno. São distintas, mas inseparáveis. O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político pedagógico. (FERREIRA, s d, p. 01).

A avaliação é um instrumento, que possibilita conhecer a viabilidade de programas e projetos, podendo ser utilizada, também, para o redirecionamento de objetivos, quando necessário, ou para a reformulação de propostas e atividades.

Ela se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas.

Avaliar é saber ler e interpretar os comportamentos das crianças e, assim, melhor estabelecer as orientações da programação educativa. A avaliação é ato de conhecimento e de reconhecimento de valores e tem com base a subjetividade. Portanto, não existe uma única forma de avaliar.

Para que a avaliação se torne acreditável o máximo possível, pode-se definir alguns critérios: autoconsciência, saber ouvir o outro, observar, solicitar a colaboração da criança, deixar claro as intenções, estar atento sobre o perigo dos instrumentos e o equívoco das mensurações.

Uma interessante sugestão é construir um fascículo histórico pessoal de cada criança, uma linha documentada do percurso seguido pela criança na formação de sua identidade pessoal e cultural, um retrato da sua qualidade, das suas competências e das suas potencialidades.

ATUAÇÃO DO PROFESSOR/EDUCADOR NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O professor motivado, entusiasta, com autoconceito positivo, tem em mente que ao avaliar seu aluno, também estará avaliando seu trabalho. Aceitar que cada aluno é único, ímpar, e por si só, estabelece suas conexões de aprendizagem, organiza e reorganiza a estrutura do raciocínio lógico de diversas maneiras; é o primeiro aprendizado do professor. Transformará sua sala de aula em um laboratório de aprendizagens múltiplas, lugar onde professor e aluno são sujeitos do processo educativo, construindo e reconstruindo seu conhecimento. Suas aulas serão elaboradas com significados que transcendem as paredes de uma sala de aula, seus alunos serão questionadores, criativos, investigadores. Portanto, professores e alunos, engajados em um mesmo raciocínio, com os mesmos desejos de aprendizagem, tornar-se-ão cúmplices do aprender a aprender.

A avaliação, na Educação Infantil, é realizada através de estratégias previstas na Proposta Política Pedagógica, que permitam o acompanhamento e o registro das etapas alcançadas nos cuidados e na educação das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Percebemos, com a elaboração da proposta pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio, que este documento é essencial para nortear os trabalhos, sendo a base para todas as decisões, diante da demanda e necessidades da instituição.

Segundo Kramer (1999, apud BRASIL, 2006):

Uma proposta pedagógica é um caminho, não é um lugar. Uma proposta pedagógica é construída no caminho, no caminhar. Toda proposta pedagógica tem uma história que precisa ser contada. Toda proposta pedagógica possui uma aposta. Nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta. Toda proposta é situada, traz consigo o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui. Traz também as dificuldades que enfrenta os problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta. E essa sua fala é a fala do desejo (...) nunca uma fala acabada, não aponta o lugar, a resposta, pois, se traz a resposta, já não é uma pergunta. Aponta isso sim, um caminho também a construir. (apud BRASIL, 2006, p. 12).

O caminho é conhecer a realidade do aluno, seus problemas e dificuldades, cultura e valores. Isto exige do gestor novas competências e aptidões cognitivas- atitudinais para que ele possa cumprir sua função nesta nova realidade socioeducativa, recriando e reinventando novas práticas, inovando e reestruturando o trabalho em equipe, tornando a escola autônoma-cidadã e co-responsavelmente assumida, isto é, democraticamente gerida.

Campos (2009, p. 07), ressalta que: “atingir, concreta e objetivamente um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância, nos parece, nesse momento, o objetivo mais urgente”.

Concluindo, Brasil (2006):

A proposta pedagógica é a identidade de uma instituição educativa, no nosso caso, de uma instituição de Educação Infantil. Se você preferir, pode dizer que a proposta pedagógica é a “cara” de uma determinada creche ou pré-escola. É a “cara” de seus (suas) educadores (as), das crianças e famílias que a freqüentam. Ela revela seu contexto, sua história, seus sonhos, seus desejos, suas crenças, seus valores, suas concepções e, a partir disso, os princípios e as diretrizes que orientam sua ação de educar as crianças e cuidar delas. Revela suas formas de organização, planejamento, avaliação, suas articulações, suas dificuldades, seus problemas e a forma de superá-los. Uma vez que o processo de constituição de identidades é dinâmico, a proposta pedagógica de uma instituição está sempre num movimento de construção e reconstrução. (BRASIL, 2006, p. 13).

A Proposta Política Pedagógica é indispensável para a construção coletiva de uma educação de qualidade.

É necessário um planejamento, com propostas definidas, formando um elo entre: direção, funcionários, pais e alunos.

Com a elaboração coletiva do PPP, o CEMEI passa a ter uma visão de ações educativas que deseja realizar para alcançar seus objetivos, voltados para uma educação de qualidade.

É na Proposta Pedagógica que a instituição caracteriza seu perfil, ao delinear sua filosofia. Tal proposta confere à escola a sua identidade. Trata-se do seu verdadeiro retrato, pois expressará a sua fundamentação filosófica, política e pedagógica, ou seja, o processo educativo em todas as suas dimensões e como pretende desenvolvê-lo.

Diante da importância e necessidade de buscar uma educação de qualidade, o CEMEI Santo Antônio, viabiliza um processo de educação vivenciada na primeira etapa da Educação Básica, evitando uma ruptura na formação integral da criança e sendo esta a finalidade em seu aspecto físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação de cuidar e educar e enriquecendo seu viver.

REFERÊNCIAS:

BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. **Organização do espaço e do tempo na escola infantil**. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.

BRASIL. Coleção PROINFANTIL. Unidade 4. Livro de estudo: Módulo III. Karina Rizek Lopes, Roseana Pereira Mendes, Vitória Líbia Barreto de Faria, organizadoras. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância. Brasília. MEC. 2006. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012771.pdf>>. Acesso em: 05 Agos. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília. MEC/SEB. 2010, p. 16.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**. Brasília. MEC/SEB.(2006, p. 36-37). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial**. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. **Padrões de infra-estrutura para o espaço físico destinado à educação infantil**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Grupo Ambiente Educação (GAE/PROARQ/FAU/UFRJ). Documento elaborado por AZEVEDO, G. A. N.; BASTOS, L. E. G; RHEINGANTZ, P. A.; VASCONCELLOS, V. M. R.; AQUINO, L. M. L. Rio de Janeiro, junho de 2004. p. 15-16. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?d=5370&advanced=0&paging=&page=0>>. Acesso em: 15 Jul. 2014.

CAIO EDUARDO, Ribeiro de Araújo. **Vida Cotidiana. Fatos Convencionais**. 2 ed. Brasília: Cotidiano, 2014 .

CAMPOS. Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 6.ed. Brasília. MEC. SEB. 2009.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>>. Acesso em: 05 Agosto, 2014.

CAMARGO, P. **Desencontros entre Arquitetura e Pedagogia**. Revista Pátio Educação Infantil, Porto Alegre. Ano VI. n. 18. P. 44-47. Nov. 2008.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>

CHIAVENATO, Idalberto Manole. **Administração de Recursos Humanos** - 7ª Ed. 2008.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas. **Conselhos de Classe e Avaliação: Perspectivas na gestão pedagógica da escola**. 3ª Ed. Campinas. São Paulo. Papyrus Editora. 2004. Disponível em: <books.google.com.br/books?isbn=8530807340>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Conselho Escolar e financiamento da educação no Brasil**. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescol/cad%207.pdf>>. Acesso em: 29 Agos. 2014.

FARIA, Vitória. SALLES, Fátima. **Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da Proposta Pedagógica**. 2.ed., [ver. e ampl.]. São Paulo: Ática. 2012, p. 38.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo** : currículo e avaliação / [Cláudia de Oliveira Fernandes, Luiz Carlos de Freitas] ; organização do documento JeaneteBeauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=17216>>. Acesso em: 01 Agos. 2014.

FERREIRA, Isaac. **Projeto Político Pedagógico**. Portal da Educação. Secretaria Estadual de Educação. Estado de Santa Catarina. 2009. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 12 Jul. 2014.

FERREIRA, Renata delbiancoRitzdorf. **Avaliação Educacional e Projeto Político pedagógico**. Disponível em: <<http://meuartigo.brasilecola.com/educacao/avaliacao-educacional-projeto-politico-pedagogico.htm>>. Acesso em 01 Agos. 2014.

FOGAÇA, Jennifer. **Currículo no contexto escolar**. Disponível em: <<http://educador.brasilecola.com/orientacao-escolar/curriculo-no-contexto-escolar.htm>>. Acesso em 22 Jul. 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://files.pedagogiaunaes2010.webnode.com/200000237d3817d47b9/Pedagogia-da-Autonomia-Freire.pdf>>. Acesso: em 30 Jun. 2014.

FREITAS, Francisca. **A tomada de decisões**. Disponível em: <<http://www.coladaweb.com/administracao/a-tomada-de-decisoes>>. Acesso em: 31 Jul. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES?O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd. 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em 19 Agos. 2014.

GUIMARÃES, Giselle Maria Brasileiro. **Educação do futuro para o futuro do seu filho.** 2012. Disponível em <<http://escolavirtualcesg2012.blogspot.com.br/2012/04/bom-dia-amores-da-vida-de-alguem.html>>. Acesso em: 22 Jul. 2014.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança.** 18.ed. Porto Alegre. Editora Mediação. 2012.

HORN, M. G. S. **Sabores, cores, sons, aromas.** A organização dos espaços na Educação Infantil. Porto Alegre. Artmed. 2004.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60 p. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/data/view.php?id=15519>>. Acesso em: 03 Jul. 2014.

NONO, MaéviAnabel. **Organização do Tempo e do Espaço na Educação infantil** – Pesquisas e Práticas. UNESP. São Paulo. s. d. Disponível em: <<http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/297/1/01d13t08.pdf>>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Estratégia empresarial.** São Paulo: Editora Atlas, 1988.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf> Acesso em: 28 Mai.2014 e 20 Jun. 2014.

PENNA, Paula. **Portfólios** – uma nova experiência em avaliação. 2009. Disponível em: <<http://penninha.blogspot.com.br/2009/10/portfolios-uma-nova-experiencia-em.html>>. Acesso em: 01 Agos, 2014.

REIS, Homero. **Os comportamentos que minam qualquer relação de trabalho.** Disponível em: <exame.abril.com.br/carreira/noticias/os-comportamentos-que-minam-qualquer-relacao-de-trabalho>. Acesso em: 02 Agos. 2014.

RIO GRANDE. **Projeto Pedagógico.**Colégio Alternativo. Rio Grande/RS, 2011. Disponível em: <http://www.alternativorg.com.br/arquivos/PPP_EaD_2011.pdf>.Acesso em: 12 Jul. 2014.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C. et al. (Org.). **Os fazeres na Educação Infantil.** 9. ed. São Paulo. Cortez. 2007.

SALLES, Fátima; FARIA, Vitória. **Currículo na Educação Infantil**. Disciplina: Projetos e Práticas Pedagógicas. 2. Ed. São Paulo, SP: Ática, 2012.

SANTO ANTÔNIO DO MONTE. **Projeto Político Pedagógico**. Centro Municipal de Educação Infantil Santo Antônio. Santo Antônio do Monte/MG, 2012. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/ppp>>. Acesso em: 19 Jun. 2014.

SANTOS, Maria Sirley dos. **Pedagogia da Diversidade**. São Paulo: Memmon, 2005. SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Tempos e espaços para a infância e suas linguagens nos CEIs, creches e EMEIs da cidade de São Paulo**. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<[http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs da cidade de São Paulo](http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/EMEIs_da_cidade_de_Sao_Paulo)>. Secretaria Municipal de Educação. - São Paulo: SME / DOT, 2006. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/BibliPed/EdInfantil/TemposEspa%C3%A7osPara%20Inf%C3%A2ncia_SuasLinguagens_CEI_Creche_EMEI.pdf>. Acesso em: 19 Agos. 2014.

SASSAKI, R. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SERRA, Dayse Carla Gênero. **Teorias e práticas da psicopedagogia institucional**. Curitiba, PR: IESD, 2005.

SHIMIZU, T. **Decisão nas Organizações**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SIMON, Herbert A. **Comportamento Administrativo**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 1970.

THIAGO, L. P. S. **Espaço que dê espaço**. In: OSTETTO, L. E. (Org.). Encontros e encantamentos na Educação Infantil: partilhando experiências de estágios. Campinas. Papirus. 2006. P. 51-62.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org). **Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1995. Disponível em: <<http://gestaoescolar.abril.com.br/aprendizagem/>>. Acesso em: 30 Jun. 2014.

VYGOTSKY, L.S. **Obras completas: fundamentos de defectologia**. Cuba, Havana: Editorial Pueblo e Educacion, 1989. v.5